



## Regulação do poder judicial na Austrália

Judge J C Gibson

### Introdução

O papel do poder judicial como sendo a parte central do sistema de justiça é reconhecido por convenções internacionais <sup>1</sup>, pelos requisitos do sistema legal de cada país <sup>2</sup> e por organizações internacionais como o Banco Mundial. A regulação do poder judicial é uma parte essencial da luta contra a corrupção de modo a proteger o Estado de Direito. No entanto, vezes pedindo um órgão regulador a nível nacional australiano para supervisionar o poder judicial, ou mesmo a nível Estadual na Austrália, têm enfrentado resistência considerável <sup>3</sup>. Que regulação do poder judicial há na Austrália, quais são as alterações propostas, e como é que isto afecta o Estado de Direito e a luta contra a corrupção, especialmente corrupção judicial? Tendo em conta que esta conferência está a decorrer em Macau, será que estes desenvolvimentos na Austrália providenciam algumas informações para apoiar as estruturas legais em mudança e desenvolvimento rápidos na China?

Este relatório é um panorama breve sobre:

- A estrutura legislativa na Austrália relativa à corrupção e o que é considerado comportamento corrupto;
- As propostas de reforma avançadas pelo Comité de Referência para Assuntos Legais e Constitucionais do Parlamento da Austrália para a regulação do poder judicial, incluindo um órgão nacional para queixas
- O sistema existente para a regulação de juízes sobre o qual se baseiam largamente essas recomendações, nomeadamente a Comissão Judicial de NSW e o Colégio Nacional Judicial da Austrália, um órgão auto-regulador; e
- Concluo com alguns comentários gerais sobre a independência judicial e o Estado de Direito na China.

A questão colocada na sessão II da nossa conferência referiu-se ao tipo de órgão que deve ter poderes de fiscalização sobre assuntos relacionados com corrupção. Já existem a Comissão Independente Contra a Corrupção (ICAC) e um Ombudsman na Austrália; o objectivo deste documento para discussão é o de rever a discussão da corrupção e do Estado de Direito no debate sobre a adequabilidade de um órgão regulador a nível nacional para todas profissões legais, incluindo o poder judicial.

### Combatendo a Corrupção na Austrália - a Estrutura Legislativa e de Direito Penal





A Austrália está bem cotada em índices internacionais como o Índice sobre as Fontes de Suborno da “Transparency International”, mas acontecimentos recentes sugerem que isto pode não reflectir correctamente a situação real. Geoffrey Robertson QC<sup>4</sup> chama a atenção de que a ausência de Comissões Anti-Corrupção significa que é difícil avaliar os níveis reais de corrupção em países como a Austrália. Ele nota que pela altura em que o Índice sobre as Fontes de Suborno da “Transparency International” de 2002 mostrava a Austrália como o país em que empresas eram menos prováveis de oferecer subornos para ganhar negócios, empresários na Autoridade para o Trigo da Austrália estavam alegadamente a pagar enormes subornos num total de US\$225 milhões a Saddam Hussein como parte do escândalo “Petróleo por Alimentos”. Robertson nota que teria sido difícil para os meios de comunicação australianos expor tudo isto sem arriscar um processo por difamação potencialmente ruinoso devido à falta de uma figura pública ou de um crime contra o interesse público para a exposição de corrupção empresarial. A tudo isto deve-se acrescentar o facto de que nenhuma acusação foi alguma vez prosseguida relativamente a qualquer um dos casos expostos pelo Inquérito à Autoridade para o Trigo.

Em primeiro lugar, porei a questão “o que é a corrupção?”, tendo em conta que esta é a pergunta proposta na sessão I, e darei a resposta do ponto de vista australiano. Não há qualquer teste que considere os diferentes tipos de comportamento que podem ser considerados corrupção envolvendo um oficial de justiça; a definição de “corrupção” na s. 8 da *Lei da Comissão Independente Contra a Corrupção de 1988 (NSW)* estabelece (na s. 8 (2)) 25 diferentes tipos de acções desde o suborno até à premeditação do crime. O suborno de um funcionário público é talvez o melhor exemplo. Todas as jurisdições australianas têm crimes que punem o suborno de funcionários públicos, incluindo juízes 5, jurados, funcionários de tribunais ou prisões e testemunhas 6.

O primeiro passo passa por determinar se a pessoa subornada estava a exercer funções públicas. No caso *R v McCann* [1998]<sup>2</sup> Qd R 56 um motorista num estabelecimento prisional privatizado que introduziu ilegalmente uma caixa na prisão não foi considerado como sendo um funcionário público de acordo com o *Código Penal*, art. 87 (Queensland). De seguida, tem que haver uma relação entre o suborno e a função, sendo que a questão é se a intenção da pessoa que oferece o suborno era a de induzir um comportamento impróprio na pessoa receptora. Finalmente, subornos não são necessariamente em dinheiro; podem incluir favores sexuais ou ofertas a cobro de presentes de Natal 7. No entanto carnes e bebidas de valor reduzido foram excluídas pelo antigo escritor inglês Coke 8.

A Austrália tem Ombudsmen a nível federal e estadual que detêm vastos poderes de investigação. Para além da Comissão Independente Contra a Corrupção (ICAC), vários Estados têm Autoridades ou Comissões destinadas a investigar a conduta judicial.

No entanto, uma das principais lacunas da lei sobre o suborno na Austrália é que está limitada ao suborno daqueles que exercem funções públicas. Isto foi aliviado em parte pela criação do crime de lucros secretos, mas não é tão fácil lidar com outras formas de comportamento corrupto relevante a um Estado de Direito, e a introdução de uma Comissão Judicial em NSW não despoletou a criação de órgãos semelhantes a nível nacional.





Os problemas causados pela proliferação de órgãos contra a corrupção são particularmente exemplificados pelo caso Comissão para a Integridade Policial v Shaw (2006) 66 NSWLR 446. Um juiz do Supremo Tribunal, o Juiz-Conselheiro Shaw (um antigo Procurador-Geral da NSW), foi transportado para um hospital após um pequeno acidente automóvel. Uma análise de rotina ao sangue desvendou que a taxa de alcoolemia estava alta. Das duas colheitas de sangue recolhidas, uma seria para ser dada ao Juiz-Conselheiro Shaw e a outra ficaria no hospital para os efeitos do processo judicial relativo à condução sob influência de álcool contra o Juiz-Conselheiro Shaw. A colheita do hospital desapareceu e a Comissão para a Integridade Policial iniciou uma investigação para determinar se agentes da polícia tinham agido incorrectamente. Quando as provas obtidas durante a investigação concluíram que o Juiz-Conselheiro Shaw tinha levado ambas as colheitas de sangue com ele, o Juiz-Conselheiro Shaw tentou obter uma ordem judicial para cessar as audições da Comissão porque o comportamento que estava a ser investigado era de um oficial de justiça, sendo que a jurisdição da Comissão incluía apenas agentes da polícia.

O Juiz-Conselheiro Shaw foi bem sucedido na primeira instância, mas a decisão foi revogada em segunda instância. O Tribunal de Recurso considerou que, para afastar a possibilidade de conduta imprópria da polícia, a conduta imprópria de outros podia ser examinada. Um dos factos relevantes para a revogação da decisão que convenceram o Tribunal de Recurso foi que o Juiz-Conselheiro Shaw já se havia demitido, pelo que já não era um oficial de justiça (de acordo com o [108]), mas a decisão do Tribunal baseou-se essencialmente no facto de que a Comissão tinha poder para completar a sua investigação devido ao âmbito da matéria que se encontrava a ser investigada se encontrava nos seus poderes. Se esta foi a mesma situação do que noutras investigações dependeria das circunstâncias (de acordo com o [107]). Noto que o Juiz-Conselheiro Shaw nunca foi investigado pelo ICAC ou pela Comissão Judicial de NSW.

Os problemas de múltiplos órgãos de investigação em diferentes Estados são uma das razões pelo qual havia a percepção de que era necessário legislação a nível nacional sobre todos os aspectos da prática legal, não apenas em relação à corrupção, mas também para proteger o Estado de Direito; sendo também uma das razões pelas quais foi criado o Comité Permanente do Senado para os Assuntos Legais e Constitucionais para iniciar uma investigação sobre o sistema judicial da Austrália e o papel dos juizes em 2009. O objectivo deste artigo é considerar estes assuntos com particular atenção aos métodos apropriados para a identificação e acusação de conduta judicial imprópria e corrupção.

Um bom exemplo da dificuldade em determinar o que é a conduta corrupta por parte de um oficial de justiça pode ser observado em *Fingleton v R* [2005] HCA 34. O Juiz-Presidente Fingleton foi condenado de um crime contra a s. 119B do *Código Penal* (Queensland), que proíbe retaliação ilegal contra uma testemunha. Uma acusação adicional de tentativa para perverter o curso da justiça não foi alvo de uma decisão devido à condenação pela acusação principal. O acusado foi condenado a uma pena de prisão. O recurso contra a condenação para o





Tribunal de Recurso do Supremo Tribunal de Queensland foi recusado apesar da pena ter sido reduzida.

O que é que o Juiz-Presidente fez? A Austrália é um país bastante extenso e partes dele são desertas, e locais pouco populares para um magistrado trabalhar. O Juiz-Presidente entrou em discussões com os seus colegas sobre isto, e houve um processo, sendo que no decurso do mesmo ela enviou uma mensagem electrónica para uma testemunha (outra magistrada) a avisá-lo para não apoiar o adversário dela no processo. Depois de ter sido condenada, e o recurso recusado, ela conseguiu recurso e a condenação foi revogada pelo Supremo Tribunal da Austrália, que considerou que ela tinha imunidade de qualquer acusação criminal por qualquer acção cometida no decorrer das suas funções judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei dos Magistrados dos Tribunais de Queensland.

No decorrer da candidatura para recurso, McHugh J disse 9:

“Seria difícil de imaginar um caso mais flagrante de um erro judicial do que neste caso com estas circunstâncias em particular”.

Apesar do Supremo Tribunal da Austrália ter revogado a condenação, a carreira do Juiz-Presidente Fingleton ficou destruída e quando finalmente o recurso foi ouvido já ela tinha cumprido a sua pena.

Tendo feito estes comentários gerais sobre a natureza do comportamento corrupto, estabeleço agora um panorama geral do Inquérito do Comité Permanente do Senado.

### **Os Termos de Averiguação do Inquérito do Comité Permanente do Senado para os Assuntos Legais e Constitucionais**

Os Termos de Averiguação do Inquérito podem ser resumido da seguinte maneira:

- (a) É dada consideração aos procedimentos para nomear e o método para a demissão de juízes.
- (b) É dada consideração à desejabilidade de uma idade de aposentação obrigatória, o mérito de trabalho a tempo inteiro, a tempo parcial ou outras formas para os juízes.
- (c) Assuntos jurisdicionais, como a relação entre os sistemas judiciais Federal e Estaduais, são considerados.
- (d) É dada consideração ao estabelecimento a nível nacional de um sistema de processamento de queixas judiciais.





A temática de como os juízes devem ser nomeados, investigados e (se necessário) afastados, são centrais para o tema da independência judicial e a luta contra a corrupção.

Estes direitos são muito bem defendidos pelos Estados da Austrália. O relatório de 7 de Dezembro de 2009 sobre o sistema judicial da Austrália e o papel dos juízes 10 foi cuidadoso ao distinguir um sistema judicial nacional e a criação de um qualquer sistema de tribunais nacional, de modo a afastar críticas de Estados ciosos dos seus poderes individuais de jurisdição (assuntos de demarcação são uma constante em países federados como a Austrália). O Comité notou que a legislação actual limita as possibilidades para implementar um poder judicial nacional visto os juízes Estaduais e de Territórios não podem actuar com capacidade Federal (apesar dos juízes dos Tribunais Federais poderem tomar parte, e fazem-no, nos tribunais Estaduais).

A secção do relatório que é de maior interesse para todos os que assistem a este seminário, nomeadamente as recomendações para o estabelecimento de um órgão nacional para averiguar queixas (Capítulo 7), recomenda um órgão semelhante na estrutura à Comissão Judicial de NSW, o Estado em que sou juiz, portanto irei apresentar brevemente a Comissão Judicial e o procedimento através do qual as queixas (i.e. alegações de conduta corrupta envolvendo juízes) seriam consideradas.

O tema mais sensível tem sido o equilíbrio da independência judicial com a necessidade de uma regulação da conduta judicial imprópria. Quaisquer reformas que sejam implementadas provavelmente irão reflectir o status quo em vez de introduzir cláusulas contra a corrupção do tipo encontrado na lei Chinesa, como mandatos de cinco anos para juízes-presidentes, idades baixas de reforma e penalizações duras para socialização com advogados.

## Regulação actual de juízes na Nova Gales do Sul

### 1. Um poder judicial regulado e um sistema para processar queixas

A Comissão Judicial foi criada pelo Governo da NSW como parte integrante de um pacote de reformas legislativas no dia 18 de Novembro de 1986. Neste estava incluído a criação do cargo de Director de Acusações Públicas, a abolição do cargo do Técnico do Julgado de Paz e a cedência de controlo para os tribunais da listagem de casos criminais. Estas reformas sucederam às ilibações do Juiz-Conselheiro Murphy e do Juiz Bell e também, ainda mais importante, da condenação do Juiz-Conselheiro Angelo Basta (Supremo Tribunal de Queensland) e de Murray Farquhar. Murray Farquhar foi nomeado magistrado em 1962 e foi Juiz-Presidente (*nome antigo e em desuso*) entre 1971 e 1977. A sua condenação em 1985 estava relacionada com a sua influência corruptora num caso de fraude contra o Presidente do Rugby Australiano (*Rugby League é um tipo de rugby menos conhecido que o mais mediático Rugby Union*), Kevin Humphreys.





A Comissão Judicial de Nova Gales do Sul foi modelada a partir da Comissão Californiana sobre a Performance Judicial. Juízes resistiram à primeira proposta de estrutura da Comissão argumentando que retirava o papel tradicional da auto-capacitação na remoção de um oficial de justiça. Quando uma série de queixas foram feitas sobre um oficial de justiça, as fraquezas deste sistema parlamentar tornaram-se evidentes.

Apesar do oficial ter sido acusado de negligência grosseira na prossecução dos seus deveres, em vez de corrupção, a tremenda dificuldade numa sessão conjunta das Câmaras do Parlamento e dos procedimentos seguintes indicou os problemas bastante reais que este procedimento moroso envolvia. A Comissão Judicial é composta por seis membros oficiais e por quatro membros nomeados. Os quatro membros nomeados são nomeados pelo Governador de Nova Gales do Sul sob recomendação do Procurador-Geral de Nova Gales do Sul. A Comissão é não só responsável em ouvir queixas de conduta judicial imprópria, mas também supre uma importante função educativa. O número de queixas varia entre as 20 e as 30 por ano, apesar de num ano terem chegado a ser feitas 55 queixas 11. A Comissão de Conduta só reportou ao Parlamento duas vezes, uma em relação a um magistrado, Magistrado McDougall, e uma em relação ao Juiz-Conselheiro Bruce. Ambos os juízes demitiram-se. No caso do Juiz-Conselheiro Bruce, ele simplesmente adiava constantemente a escrita de julgamentos.

O Relatório Anual da Comissão Judicial de 2009 apontava 55 novas queixas contra oficiais de justiça, com 10 passadas do ano anterior, num total de 65 queixas. Destas:

- 43 foram sumariamente rejeitadas;
- 2 foram retiradas;
- 4 foram transmitidas ao Juiz-Presidente respectivo para discussão com o oficial de justiça em causa; e
- 16 estavam pendentes.

40% de todos os queixosos eram litigantes em pessoa, e 22% eram relacionadas a injunções. Estas são providências ordenadas pelo Tribunal de Comarca, normalmente em circunstância em que há alegações de agressão por parte de um marido ou mulher ou de um vizinho. O Australian Law Journal comentou que muitas destas queixas pareciam ter sido uma alternativa barata a um recurso. 12

Por uma variedade de razões - a idade na qual os juízes são nomeados, o salário e o estatuto, e níveis gerais baixos de corrupção na Austrália, nenhum juiz na NSW foi alguma vez acusado de um crime relacionado com corrupção, portanto qualquer discussão sobre o que seria feito se houvesse uma denúncia de corrupção judicial é essencialmente académica. No entanto, se uma denúncia fosse feita, há uma analogia útil para a acusação e determinação da pena a partir da acusação (na Nova Gales do Sul) de um juiz reformado do Tribunal Federal, Marcus Einfeld, que





cometeu perjúrio para evitar pagar uma coima de excesso de velocidade, e que foi condenado a três anos de prisão com um mínimo de dois anos sem possibilidade de liberdade condicional 13.

No julgamento para determinar a sentença (R v Einfeld [2009] NSWSC 119, James J disse em [183]:

183 Como muitas vezes é dito, qualquer um dos crimes de perjúrio e de perverter o curso da justiça atingem o centro da administração de justiça. Estes crimes são muitas vezes referidos como crimes contra a justiça pública. Ao determinar a sentença para estes crimes, existe a necessidade especial de pôr em prática os objectivos de dissuasão geral e denúncia, assim como os outros propósitos explicitados na s. 3A da *Lei de Crimes (Procedimentos para a Determinação de Sentença)*. Qualquer advogado, e especialmente um advogado que foi já causídico e juiz, que comete um crime destes será sentenciado na base de que estaria completamente ciente da gravidade do seu comportamento. Se um crime deste tipo for cometido após um crime principal, quer o crime principal seja ou não um crime de justiça pública, numa tentativa de escapar a condenação pelo crime principal, então algum castigo separado e eficaz deve ser geralmente imposto para o crime de justiça pública. No caso de perjúrio, uma sentença de prisão efectiva deve ser imposta, a não ser em circunstâncias muito especiais. Não há qualquer princípio semelhante no caso da perversão do curso da justiça visto este tipo de crimes variam bastante no seu grau de seriedade. No entanto, na determinação da sentença por perversão do curso da justiça é necessário ter atenção aos princípios que enunciei. Ao determinar a sentença para ambos os crimes, como é o caso da determinação de sentenças em geral, as considerações subjectivas e persuasivas não devem dar peso inadequado aos factos objectivos do crime.

Para além da pena longa, foi retirado a Einfeld o seu título honorário e o nome da lista de advogados (a sua pensão anual, no entanto, não foi retirada tal como não a foi a de um Procurador da Coroa, Patrick Power, quando foi condenado e sentenciado a seis meses de prisão por posseção de pornografia infantil em 2007).

Apenas um juiz na Austrália foi alguma vez removido do seu cargo por conduta imprópria 14. Em 1989, o Juiz-Conselheiro Angelo Vasta foi afastado do Supremo Tribunal de Queensland após a descoberta de que ele havia dado respostas falsas a uma Comissão Real que estava a investigar uma série de transacções financeiras envolvendo parentes seus. Isto tinha pouco ou nada a ver com as suas actividades de juiz. A única outra ocasião em que o Parlamento considerou afastar um juiz ocorreu quando uma sessão conjunta das Câmaras do Parlamento de NSW decidiram não afastar o Juiz-Conselheiro Vince Bruce do seu cargo; o problema dele era procrastinação crónica em escrever julgamentos, não conduta corrupta 15.





## 2. Um público educado

A segunda parte da responsabilidade judicial é a questão de responsabilidade pública, referida às vezes como a justiça “ser visto para ser feito”. Por esta razão, a Comissão Judicial de NSW tem também uma substantiva função educativa, que não só ajuda os juizes a estar em dia em relação à Lei mas também com responsabilidade pública. A Comissão Judicial guarda estatísticas sobre a determinação de sentenças para ajudar os juizes a determinar as penas de acordo com tendências gerais de sentenciamentos. No relatório de 2009, a Comissão notou uma subida de 37% no uso desta ferramenta. Estas estatísticas estão também disponíveis para a profissão legal, e são muitas vezes utilizadas pelo procurador. Esta é uma garantia importante para que haja consistência no sentenciamento, e já foi notado que o número de recursos em relação a sentenciamentos tem diminuído.

Isto também introduz uma importante função educativa não só para os juizes mas também para o público. Ideias de que os juizes são demasiado brandos, ou demasiado duros, na determinação das sentenças podem rapidamente ser respondidas com referência a estas estatísticas e aos livros sobre sentenciamento que a Comissão Judicial edita 16. Preocupações nos meios de comunicação que juizes de NSW estavam a ser “brancos” em relação a crime violento 17 foram agora respondidos por estudos trans-jurisdicionais que demonstram que na Austrália e em jurisdições internacionais NSW tinha a pena obrigatória mais elevada para violação (i.e. prisão perpétua) e a segunda ex aequo mais elevada por roubo (25 anos) e por crimes de arrombamento/furto (25 anos) e, para somar a isto tudo, uma maior taxa de encarceramento (170 por 100,000) mais do que a média Australiana (156), Inglaterra (137), Canadá (129) e Nova Zelândia (168) 18.

A Comissão Judicial também organiza conferências, seminários e sessões de treino para novos oficiais nomeados assim como também publica uma série de artigos. A assistência em conferências judiciais voluntárias para juizes é de 86%.

Os relatórios anuais da Comissão Judicial e outras informações podem ser obtidas pelo seu site em [www.judcom.nsw.gov.au](http://www.judcom.nsw.gov.au).

Porque é esta função educativa tão importante? A resposta é que a responsabilidade pública e o escrutínio público da determinação das sentenças e dos julgamentos são as melhores garantias de transparência.

A disponibilidade de decisões transitadas em julgado no website Caselaw é outra garantia de justiça aberta.

## 3. Meios de comunicação independentes

A terceira parte da responsabilidade judicial e do Estado de Direito é o papel de uns meios de





CORRUPÇÃO E  
ESTADO DE DIREITO  
CORRUPTION AND  
THE RULE OF LAW  
14-15/05/2010  
澳門 · MACAU · MACAO

comunicação independentes e vigorosos que irão investigar qualquer alegação de conduta imprópria envolvendo oficiais de justiça. Como a Wikipedia relembra, as circunstâncias que levaram à condenação do Juiz-Presidente Murray Farquhar em 1985 (ele foi sentenciado a 4 anos de prisão) foi o documentário Four Corners que revelou os seus extensos contactos com o crime organizado.

### **Auto-Regulação: O Colégio Nacional Judicial da Austrália**

Vou também apontar rapidamente um exemplo bem sucedido de auto-regulação por juízes na Austrália. O Colégio Nacional Judicial da Austrália foi criado em Maio de 2002 como uma entidade independente, sob o tipo de empresa limitada por garantia. É financiada por contribuições do Governo Federal e por alguns Governos Estaduais e de Territórios. A Constituição do Colégio providencia pelo controlo do poder judicial sem representação externa. O Conselho é composto por quatro membros do poder judicial, um membro nomeado pelo Procurador-Geral da Federação, e por um membro nomeado pelo Procurador-Geral dos Estados e Territórios participantes.

O Colégio Nacional Judicial cumpre um papel importante na formação de juízes, com ênfase particular na escrita jurídica e na interacção com juízes visitantes de outros países como a China. Em 2009, uma delegação do Supremo Tribunal da China passou uma semana a encontrar-se com juízes e a assistir a debates pela Austrália.

A existência do Colégio Nacional Judicial é um bom exemplo de auto-regulação pelos juízes.

### **Conclusões: Algumas comparações com a China**

Na minha opinião, os problemas de corrupção judicial da China, como a corrupção em geral, advêm principalmente das desigualdades financeiras inerentes a uma economia em rápido desenvolvimento. Considero que há paralelismos fortes com o desenvolvimento do sistema judicial Inglês durante a Revolução Industrial 19.

A minha perspectiva geral, baseada em ter assistido a julgamentos civis e criminais numa série de grandes cidades na China e de ter gasto longos períodos de tempo a falar com colegas de justiça lá durante os últimos seis anos, é que tem havido bastantes críticas não informadas sobre o sistema legal chinês, e um não reconhecimento do enorme progresso que a China operou. Não é possível fazer justiça a este enorme tópico nesta breve apresentação de seminário, pelo que, em vez disso, irei simplesmente apresentar as recomendações de políticas do Professor Randall Peerenboom 20. Peerenboom nota primeiro os problemas dos juízes em conseguir independência judicial e depois propõe as 4 recomendações seguintes:





1. Recrutamento e promoção de juízes baseados no mérito, com formação legal contínua. A criação de colégios judiciais e um exame de entrada para os juízes tem estado em vigor desde o início da década;
2. Financiamento dos tribunais e salários judiciais adequados (ao que eu acrescentaria a sugestão de que os tribunais recebam financiamento independente em vez de a partir de orçamentos municipais ou estaduais;
3. Substituição do sistema de aceitação de casos e maior gestão de casos (ao que eu acrescentaria a revisão do regulamento de 1 de Abril de 2007 que reduz os emolumentos dos tribunais - os emolumentos devem ser aumentados, sendo que as pessoas que não os possam suportar teriam a possibilidade de se candidatarem para não as terem que pagar);
4. Reforçar a responsabilidade, incluindo mais acusações e penas mais pesadas. Isto está claramente já a decorrer, visto a pena de prisão perpétua dada ao ex-Vice-Presidente do Supremo Tribunal Huang Songyou 21 ter sido confirmada em recurso. Em Shenzhen, penas longas (incluindo prisão perpétua para Pei Hongquan, vice-juiz-presidente do Tribunal da Relação de Shenzhen) 22, foram impostas por recepção de subornos de casas de leilões de propriedades envolvidas em falências no tribunal deles; Pei Hongquan recebeu mais de 3,7 milhões de yuan.

Os julgamentos de corrupção em Chongqing apanharam um ex-juiz, que cometeu suicídio 23. No dia 8 de Janeiro de 2010 o Supremo Tribunal abriu uma linha telefónica dedicada para informações anónimas acerca de juízes corruptos e tinha havido 139 queixas (incluindo 25 acusações) até ao fim de Fevereiro.

Gostaria de acrescentar um pequeno ponto. Em “Regulating Judicial Misconduct and Divining ‘Good Behaviour’ for Federal Judges” 24, o Juiz Harry T Edwards conclui que auto-regulação judicial, sobre matéria que não envolva crimes ou ofensas passíveis de demissão, é uma parte vital para promover ‘bom comportamento’ para os juízes. As tarefas combinadas da Comissão Judicial e da NJCA de informar e educar, assim como de disciplinar, juízes são uma importante parte deste processo. Juízes na China poderiam, usando organizações como os Juízes da China como base, organizar o seu próprio órgão informal auto-regulador, que promoveria uma troca de ideias e discussões entre tribunais de toda a China de maneira semelhante ao que o NCJA faz na Austrália. O estudo de “juízes modelo” como Chen Yanping 25, a campanha dos “Três Supremos”, a campanha de valores familiares 三个一 (Tribunal da Comarca de Nanshan) e outros programas de reforma judicial são projectos individuais que podem ter um maior e mais duradouro impacto numa estrutura auto-regulada.

JC Gibson

Presidente, Grupo de Trabalho sobre o Poder Judicial, Union Internationale des Avocats

27 de Abril de 2010





1. Convenção Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção Europeia de Direitos Humanos.
2. Ver, por exemplo, na Austrália “The Federal Judiciary in Australia”, o ‘Honorable’ Murray Gleeson, Presidente do Supremo Tribunal da Austrália, discurso proferido na Conferência de Magistrados Federais de 2005.
3. Em “National judiciary sparks debate”, *The new lawyer*, 3 de Fevereiro 2010, Kate Gibbs nota que a Oposição Federal apelidou o conceito de “profundamente anti-federal”. Um bom exemplo da veemência da resistência de alguns grupos pode ser encontrado nos comentários dos Sr. Juiz-Conselheiro P W Young AO no *Australian Law Journal*, que descreve a reforma como “obviamente bem-vinda pelos centralistas” e para “a meia dúzia de grande sociedades de advogados que trabalham por todo o país”; o Sr. Juiz-Conselheiro Young acrescenta que não é “bem-vinda para muitos outros sectores da profissão e da comunidade” e continua a dizer:  
  
“A palavra “regulações” é, ou pelo menos era, uma boa palavra para socialistas. No entanto, em muitas partes do mundo Ocidental, até socialistas têm vindo a ver que a desregulamentação e a privatização poderão ser o caminho em frente. “Regulação” traduz-se muitas vezes em maiores custos através do emprego de mais funcionários públicos que insistem na aderência a fórmulas fixas, KPIs e regulações, mas são um pouco fracos em prevenir fraude devido à ignorância de como a indústria funciona. ... Num país do tamanho da Austrália, há muitos factores locais em qualquer profissão ou indústria que não permitem uma regulação central. Mais, independentemente dos comentadores gostam ou não, há apoio considerável para a afirmação que uma profissão que tem orgulho no seu estatuto é normalmente o melhor método de policiar as “maçãs podres”. (“Current Issues”, (2010) 84 ALJ 143.
- 4 G. Robertson QC “The Media and Judicial Corruption”, Relatório sobre a Corrupção Global 2007 – Corrupção nos Sistemas Judiciais Transparency International 2007.
- 5 Ver por exemplo o *Código Penal (NT)* s. 93; *Código Penal (Qd)* s. 120. Na maior parte das jurisdições australianas, há crimes com penas obrigatórias para corrupção mas tanto em Nova Gales do Sul e Victoria é uma ofensa de direito comum.
6. D Lanham, “Fighting International and National Corruption by means of Criminal Law – Australian Perspectives”, *Convergence of Legal Systems in the 21st Century, XVIIth Congress of the International Academy of Comparative Law*, 2004, pp. 309 – 338 na p. 312.
7. Agradecido, reconheço a discussão do assunto por David Lanham em “Fighting International and National Corruption by Means of Criminal law - Australian Perspectives”, loc. cit., na página 309.
8. Coke, 3 Inst 145. Em *Woodward v Maltby* [1959] VR 794 uma oferta de um caixa de fósforos com uma mensagem lá escrita para votar num candidato não era considerada como suborno visto o seu valor ser tão reduzido.
9. Citação retirada de “Swimming Upstream Against Spite”, *Sydney Morning Herald*, 2 Fevereiro 2005.
10. [http://www.aph.gov.au/senate/committee/legcon\\_ctte/judicial\\_system/report/index.htm](http://www.aph.gov.au/senate/committee/legcon_ctte/judicial_system/report/index.htm). Para uma lista das recomendações ver [http://www.aph.gov.au/senate/committee/legcon\\_ctte/judicial\\_system/report/b01.htm](http://www.aph.gov.au/senate/committee/legcon_ctte/judicial_system/report/b01.htm).
11. Inserir referência.
12. (2010) 84 ALJ 145.
13. Ver “Ex-judge Marcus Einfeld jailed for speeding fine perjury”, *The Australian*, 20 March 2009.





14. Duncan Kerr SC MP, “The Removal of Federal Judges: Quis custodio custodies [sic]?”, 30 de Junho de 2005, [http://duncankerr.com/opinion\\_pieces](http://duncankerr.com/opinion_pieces). O Sr. Kerr deu outros exemplos de conduta que parecem tê-lo preocupado, como a conduta do Juiz-Conselheiro Shaw, a conduta do Juiz Ian Dodd do Tribunal da Relação (que adormece no tribunal de forma regular devido a um problema no coração) e a conduta de um magistrado que se esqueceu de entregar os formulários dos impostos. Este sai bastante abaixo do “número sem precedentes de instituições em que os juizes federais foram acusados de conduta imprópria e outros actos sérios de comportamento impróprio” queixou-se do Juiz Harry T Edwards em “Regulando Conduta Imprópria e Adivinhação. ‘Good Behaviour for federal Judges’ (1988-9) 87 Mich L Ver 765.
15. E Waugh, “A Question of Capacity: The Case of Justice Bruce” (1988) 9 Public Law Quarterly No.4.
16. Ver, por exemplo, “Full-time imprisonment in New South Wales and Other Jurisdictions - A National and International Comparison”, Comissão Judicial de NSW, Volume 29 - Fevereiro 2007, ISBN 9780731356164 (livro de bolso).
- 17 Para uma discussão destas críticas ver A M Gleeson, “Out of Touch or Out of Reach?” (2005) 7 (3) *The Judicial Review* 241 na p. 245. Esta revista judicial é também publicada pela Comissão Judicial.
18. JCA Volume 29 – Fevereiro 2007, *loc. cit.*, p. 2.
- 19 Isto pode ser demonstrado pelas seguintes estatísticas. A população de Inglaterra e Gales triplicou desde o início dos anos 1500; entre 1770 e 1830 aumentou de 7 para quase 14 milhões, sendo que a maioria do aumento foi absorvida pela população urbana. Acusações explodiram, assim como as sentenças de morte. A pena de morte era já amplamente utilizada: entre 1530 e 1630 pensa-se que 75,000 pessoas terão sido executadas (P Jenkins, “From gallows to prison? The execution rate in early modern England”, *Criminal Justice History* 7 (1986), 52). No seu ataque incisivo à mediocridade dos juizes ingleses, VAC Gattrell nota que 50% dos juizes nomeados no fim do séc. XVIII e no séc. XIX eram políticos falhados ou antigos, nomeados por razões políticas ou, nalguns casos, como recompensa pelo envolvimento em acções corruptas. Estes “homens sedentos de sangue”, entre os anos 1770 e 1830, condenaram à morte cerca de 35,000 pessoas em Inglaterra e Gales; perto de 7,000 foram enforcados mas os restantes foram mandados para prisões ou transportados: V A C Gattrell, “The Hanging Tree”, Oxford University Press, 1994, p. 7 e Apêndice 2. Gattrell (na p. 20) nota que algo tinha de ser feito, ou os campos ficariam cobertos de cadafalsos. O fim abrupto destes enforcamentos em larga escala graças às mudanças no Parlamento efectuadas pela *Lei da Reforma* de 1832 foi o que originou a justiça inglesa moderna. Gattrell acrescenta, no entanto, que “os juizes nunca escaparam ao seu papel de muitos anos na sátira radical de inimigos sedentos de sangue dos pobres” (p.504) ou acusações de negócios corruptos com o Estado. A idade média de um juiz da relação em 1825 era de 65 e para além de saúde deficiente e ignorância eram normalmente *bullies* com mau temperamento (na p. 508).
- 20 R Peerenboom & S Balme (eds), “Judicial Independence in China” Cambridge University Press, 2010 na p. 92.
- 21 “China Vows to Clean Up Judiciary After Conviction of Supreme Court Vice President”, Xinhua, 11 Março 2010.
- 22 Vincent Yang, “Case Study – Judicial Corruption and Professionalism” delinea a prisão de cinco juizes.. Pei Hongquan recebeu prisão perpétua: “former Judge Given Life Imprisonment for Graft Charges”, Xinhua, 5 Janeiro 2008.
- 23 CBS News, “Ex-Judge Facing Corruption Charges Commits Suicide in Central China”, 30 Novembro 2009.
- 24 *Loc. cit.*, na p. 796.
25. [www.chinacourt.org](http://www.chinacourt.org) 20 January 2010.

